

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO (CESE)

Foi publicado, no Diário da República n.º 190/2025, 1.ª Série, de 2025-10-02, o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 677/2025 que declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 2.º, alínea d), do regime jurídico da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (cuja vigência foi prorrogada para o ano de 2019 pelo artigo 313.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro), na parte em que determina que o tributo incide sobre o valor dos elementos do ativo a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do mesmo regime, da titularidade das pessoas coletivas que integram o setor energético nacional, com domicílio fiscal ou com sede, direção efetiva ou estabelecimento estável em território português, que, em 1 de janeiro de 2019, sejam concessionárias das atividades de transporte, de distribuição ou de armazenamento subterrâneo de gás natural (nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de julho, na redação em vigor em 2019).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/19000/0000300022.pdf>

IRS – ATUALIZAÇÃO DOS ESCALÕES DE RENDIMENTO COLETÁVEL

Foi publicada, no Diário da República n.º 191, 1.ª Série, de 2025-10-03, a Portaria n.º 322/2025/1 que divulga as taxas de variação do deflator do produto interno bruto e do produto interno bruto por trabalhador, bem como o coeficiente de atualização dos escalões de rendimento coletável previstos no artigo 68.º do Código do IRS.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/19100/0001900019.pdf>

CNC – OT N.º 2 DO CNCP

Foi divulgada, na Comissão de Normalização Contabilística, a Orientação Técnica n.º 2 do CNCP relativa ao apuramento de Caixa na "Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência" da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

<https://www.cnc.min-financas.pt/>



SAL - GARANTIAS

Foi publicado, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a notícia que a partir do dia 6 de outubro de 2025, o sistema de registo e gestão de garantias aduaneiras, IEC's e ISV deixará de ser o SCA-Garantias, e passará a ser o SAL-Garantias.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/UM_SA_L_Garantias_OPR_Gestao_Garantia.aspx



AUXÍLIOS DE MINIMIS NO SETOR AGRÍCOLA

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia L, de 2025-10-03, o Regulamento de Execução (UE) 2025/1989 da Comissão de 2 de outubro de 2025 que que retifica o Regulamento (UE) n.º 1408/2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis no setor agrícola.

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202501989

INCENTIVO PARA JOVENS DESEMPREGADOS

Foi publicada, no Diário da República n.º 193, 1.ª Série, de 2025-10-07, a Portaria n.º 336/2025/1 que cria a Medida Excecional de Incentivo ao Regresso ao Trabalho para Jovens Desempregados.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/19300/0001700022.pdf>



ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA - COEFICIENTE

Foi publicado, no Diário da República n.º 181, 2.ª Série, de 2025-09-19, o Aviso n.º 23174/2025/2 que divulga o coeficiente previsto na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, e no Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de outubro.

<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2025/09/181000000/0003100031.pdf>

MAREP – MEDIDA DE APOIO AO REGRESSO DE EMIGRANTES A PORTUGAL

Foi publicada, no Diário da República n.º 193, 1.ª Série, de 2025-10-07, a Portaria n.º 323/2025/1 que procede à quinta alteração à Portaria n.º 214/2019, de 5 de julho, que define a Medida de Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal (MAREP).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/19300/0000900011.pdf>

IEC - ALTERAÇÕES

Foi publicada, no Diário da República n.º 197, 1.ª Série, de 2025-10-13, a Lei n.º 58/2025 que autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/19700/0000500005.pdf>

ACT – AFIXAÇÕES OBRIGATÓRIAS | EMPREGADOR

Foi publicada, pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), a lista das afixações obrigatórias pelo empregador.

https://portal.act.gov.pt/AnexosPDF/AfixacoesComunicacoesAutorizacoesObrigatorias/Afixa%C3%A7%C3%B5es%20obrigat%C3%B3rias%20-%20empregador.pdf?fbclid=IwDGRleANcjoRleHRuA2FibQIxMQABHo7xM9Hcg_PLU7zzkrzFdtsEXluUPR1mfYFLHDQfLSdPvsFWpYuMsH8oIKQ_aem_y9eRoHKwvxRgrMqv10OCwA

LISTA DA UE DE JURISDIÇÕES NÃO COOPERANTES PARA EFEITOS FISCAIS

Foi publicado, no Jornal Oficial da União Europeia C, de 2025-10-17, as Conclusões do Conselho sobre do Conselho sobre a lista revista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais (C/2025/5613).

https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C_202505613



ALTERAÇÃO DA PORTARIA RELATIVA AOS APOIOS PARA AFETADOS PELOS INCÊNDIOS

Foi publicada, no Diário da República n.º 201, 1.ª Série, de 2025-10-17, a Portaria n.º 361/2025/1 que altera a Portaria n.º 289-B/2025/1, de 1 de setembro, que regulamenta o apoio extraordinário para a substituição ou reparação de máquinas e equipamentos florestais, armazéns e outras construções de apoio à atividade florestal afetadas pelos incêndios e o apoio extraordinário às entidades gestoras de zonas de caça que foram diretamente afetadas pelos incêndios, para assegurar a realização de ações de recuperação de habitats, recuperação da sinalização ardida e de infraestruturas afetadas diretamente relacionadas com a gestão das zonas de caça.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20100/0000200003.pdf>

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL – CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO (CESE)

Foi publicado, no Diário da República n.º 204, 2.ª Série, de 2025-10-22, o Acórdão (extrato) n.º 847/2025 que não julga inconstitucional o artigo 2.º, alínea b), do regime jurídico da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE), aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, cuja vigência foi prorrogada para o ano de 2019 pelo artigo 313.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, na parte em que determina que o tributo incide sobre o valor dos elementos do ativo a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º, de sujeitos titulares de centros electroprodutores com recurso a fonte renovável licenciados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, de licença de produção e tenham sido considerados em condições de ser autorizada a entrada em exploração; não conhece do demais objeto do recurso.

<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2025/10/204000000/0016300163.pdf>

REGULAMENTAÇÃO RELATIVA AOS APOIOS PARA AFETADOS PELOS INCÊNDIOS

Foi publicada, no Diário da República n.º 202, 1.ª Série, de 2025-10-20, a Portaria n.º 362/2025/1 que procede à regulamentação complementar da Portaria n.º 307/2025/1, de 11 de setembro, que define e regulamenta os termos e as condições de atribuição dos apoios imediatos às populações e empresas afetadas pelos incêndios ocorridos entre 26 de julho e 27 de agosto de 2025.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20200/0000500006.pdf>



SEGURANÇA SOCIAL – NOVA FUNCIONALIDADE NA VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADES

Foi publicada, no Portal da Segurança Social Direta, a notícia nova funcionalidade que permite acompanhar o estado destes pedidos de verificação de incapacidades.

<https://www.seg-social.pt/ptss/pssd/noticias/pedido-verificacao-incapacidades-empresas>



ZONA FRANCA DA MADEIRA

Foi publicada, no Diário da República n.º 204, 1.ª Série, de 2025-10-22, a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 17/2025/M que apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à prorrogação do regime aplicável às entidades licenciadas para operar na Zona Franca da Madeira.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20400/0003400036.pdf>

IEC - ALTERAÇÕES

Foi publicada, no Diário da República n.º 207, 1.ª Série, de 2025-10-27, a Lei n.º 62/2025 que introduz o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20700/0000600010.pdf>

AT - SENSIBILIZAÇÃO AOS OPERADORES ECONÓMICOS - INCOTERMS E CUMPRIMENTO DAS SANÇÕES DA UE

Foi publicada, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a notícia sobre da publicação feita pela Comissão Europeia, em maio do corrente ano, de uma ficha informativa que explica a relação entre os *Incoterms* e o cumprimento das sanções da União Europeia (UE).

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Sensibilizacao_operadores_economicos.aspx

AT - STADA IMPORTAÇÃO - CAU

Foi publicada, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a notícia que foi publicada uma versão 1.4.1 da documentação e os anexos constantes na pasta zipada "OE_DAI_Documentacao -Vrs 1.4.1", para os operadores económicos que contém todas as especificações técnicas do canal Webservice, em:

https://info-aduaneiro.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_aduaneira/STADA_IMPORTACAO_CAU/Pages/Declaracoes_Aduaneiras_de_Importacao_e_Notificacoes.aspx

Esta versão 1.4.1 da documentação substitui a anterior versão 1.4 publicada a 22 de julho de 2025.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/OE_DAI_Documentacao_20251020.aspx

RETIFICAÇÃO - MEDIDAS DE APOIO E MITIGAÇÃO DO IMPACTO DE INCÊNDIOS RURAIS

Foi publicada, no Diário da República n.º 205, 1.ª Série, de 2025-10-23, a Declaração de Retificação n.º 41/2025/1 que retifica o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20500/0002100021.pdf>



REGIME JURÍDICO – REGIME CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO

Foi publicado, no Diário da República n.º 270/2025, 1.ª Série, de 2025-10-27, o Decreto-Lei n.º 115/2025 que altera o regime jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, transpondo o artigo 74.º da Diretiva (UE) 2024/1640, relativa aos mecanismos a criar pelos Estados-Membros para prevenir a utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/20700/0002200025.pdf>

AT - MANUAL DO UTILIZADOR DO SIMTEM

Foi publicada, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a notícia informa que foi atualizado o Manual na Via Aérea e na Via Marítima.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Manual_Utilizador_SIMTeM.aspx

AT – SISTEMAS DSS-CAU E NR-CAU

Foi publicada, no portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, a notícia sobre o alargamento do prazo da janela de transição dos Sistemas DSS-CAU E NR-CAU até 01/12/2025.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/destaques/Paginas/Sistemas_DSS_CAU_e_NR_CAU_alargamento_prazo.aspx

SEGURANÇA SOCIAL – MEDIDA DE APOIO AO REGRESSO DE EMIGRANTES A PORTUGAL

Foi publicada, no portal da Segurança Social Direta, a notícia sobre o aviso de abertura de candidaturas à medida Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal (MAREP).

<https://www.lexpoint.pt/Fileget.aspx?FileId=59638>

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA – CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Foi publicado, no Diário da República n.º 211, 1.ª Série, de 2025-10-31, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 11/2025, com o sumário: “A deliberação dos sócios a que se refere o artigo 242.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais deve ocorrer no prazo de 90 dias a contar da data em que os respetivos gerentes tiveram conhecimento dos factos que fundamentam a exclusão de sócio. Por sua vez, a ação de exclusão deve ser proposta, no prazo de 90 dias, a contar da data dessa deliberação. Caduca o direito da sociedade, caso não seja cumprido algum daqueles prazos.”.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/10/21100/0002600062.pdf>



SEGURANÇA SOCIAL – APOIO AO REGRESSO DE EMIGRANTES A PORTUGAL

Foi publicada, no portal da Segurança Social Direta, a Guia apoio ao regresso de emigrantes a Portugal.

<https://www.lexpoint.pt/Fileget.aspx?FileId=59639>





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

OUTUBRO 2025

INSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS

Circular

n.º 7/2025

Data 03/10/2025

Retenção na Fonte sobre Rendimentos do Trabalho Dependente e Pensões - Tabelas de Retenção - 2025 - Continente a partir de 1 de outubro de 2025 nos meses de agosto e setembro

Ofício Circulado

n.º 16 058

Data 25/09/2025

Disponibilização na net de nova versão consolidada do AE-CAU e anexos 22-15 a 22-18

Ofício Circulado

n.º 16 061

Data 20/10/2025

- STADA Importação - CAU - Plano de continuidade

Ofício Circulado

n.º 16 062

Data 20/10/2025

SIMTEM - Via Aérea - Plano de continuidade

Ofício Circulado

n.º 16 063

Data 24/10/2025

Revogação do regime documental estatístico relativo ao atum rabilho, espadarte e atum patudo. Ref.: Circular n.º 82/2011, Série II, da ex-DGAIEC

Ofício Circulado

n.º 16 064

Data 28/10/2025

- Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro de 1 a 30 de novembro de 2025





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

OUTUBRO 2025

Ofício Circulado

n.º 20 283

Data 09/10/2025

IRC - Regime extraordinário de apoio aos encargos com eletricidade e gás natural

Ofício Circulado

n.º 20 284

Data 21/10/2025

- Isenção de IRS relativa a prémios de produtividade - Artigo 115.º da Lei 45-A/24, de 321/12 (Lei do Orçamento do Estado para 2025)



INFORMAÇÕES VINCULATIVAS

Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
25 625	CIRC	9.º	06/10/2025	Fundo público - Isenção de IRC
27 885	CIRC	117.º	13/10/2025	Obrigações declarativas, em sede de IRC, decorrentes da alienação, em território português, de um imóvel aí situado por uma entidade não residente e sem estabelecimento estável
26 292	CIRC	86.º-A	13/10/2025	Regime Simplificado - comunicação da inexistência de faturação e cessação do regime
16 963	CIRC	28.º-C	13/10/2025	Perdas por imparidades relativas a créditos renováveis
27 718	CIRC	10.º	13/10/2025	Amplitude da isenção de IRC de uma IPSS - Venda do excedente de energia elétrica
27 002	CIRC	6.º	13/10/2025	Sociedade profissionais unipessoal e o sócio único é o gerente e não exerce a atividade na sociedade
28 286	CIRC	6.º	13/10/2025	Transparência Fiscal - Requisitos sociedade de profissionais
28 051	CIRS	2.º	01/10/2025	Tratamento fiscal a conferir a uma bolsa concedida para participação num estágio de formação pós doutoral financiado por um programa europeu
29 143	CIRS	10.º	08/10/2025	Reinvestimento - Amortização do capital em dívida de crédito contraído para a construção de imóvel
29 057	CIRS	78.º-C	10/10/2025	Despesas de saúde - sessões de yoga e drenagem linfática
26 087	CIRS	51.º	10/10/2025	Alienação onerosa de imóvel - Honorários pagos a advogado - Despesas incorridas com processo de maior acompanhado e autorização judicial prévia e específica à venda do imóvel
25 164	CIRS	10.º	10/10/2025	Alienação onerosa de HPP - reinvestimento em seguro financeiro do ramo vida
25 077	CIRS	10.º	10/10/2025	Alienação onerosa de HPP - Reinvestimento na aquisição de imóvel destinado a armazém agrícola e nas obras que permitam a sua utilização como HPP
25 270	CIRS	2.º	10/10/2025	Indemnização por cessação/extinção do contrato de trabalho - contagem do prazo de antiguidade quando acumulou funções de trabalhador e administrador
26 463	CIRS	12.º	14/10/2025	Enquadramento de indemnização devida em consequência de lesão corporal, causada por acidente de trabalho, e paga por entidade canadiana
29 053	CIRS	10.º	17/10/2025	Reinvestimento - possibilidade de incluir o IMT e Selo do novo imóvel no valor reinvestido
22 955	CIRS	10.º	20/10/2025	Alienação onerosa de HPP - Reinvestimento na aquisição e na realização de obras de melhoramento em imóvel com posterior afetação a HPP
27 975	CIRS	99.º	27/10/2025	Colaboradora em serviço doméstico - retenção na fonte - entrega de modelo 10
26 201	CIRS	72.º	27/10/2025	Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo da Portaria n.º 230/2019, de 23/07 (código 12)



Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
28 751	CIRS	12.º-A	27/10/2025	Pressupostos para a aplicação do regime fiscal do "ex-residente" consagrado do artigo 12.º-A do CIRS
29 080	CIRS	12.º-A	27/10/2025	Pressupostos para aplicação do regime fiscal do "Ex-residente" consagrado no artigo 12.º-A do CIRS
26 964	CIRS	10.º	27/10/2025	Alienação onerosa de HPP - Reinvestimento - Amortização de crédito efetuado entre particulares para financiamento da aquisição do imóvel
27 219	CIRS	10.º	27/10/2025	Aquisição de imóvel em propriedade vertical, anteriormente a 1989 e alienado em propriedade horizontal
22 895	CIRS	10.º	27/10/2025	Alienação onerosa de imóvel em "Propriedade Total com Andares ou Divisões Suscetíveis de Utilização Independente" afeto na totalidade a HPP - reinvestimento
29 067	CIRS	10.º	27/10/2025	Alienação de um bem imóvel específico e determinado que compõe a herança indivisa e não do quinhão hereditário - Artigo 10.º, n.º1 - a) do CIRS
28 882	CIRS	10.º	27/10/2025	Artigo 10.º, n.º 23 do Código do IRS: Imóvel adquirido por partilha após divórcio - Circunstâncias excecionais
28 525	CIRS	10.º	27/10/2025	Alienação de um bem imóvel específico e determinado que compõe a herança e não do quinhão hereditário - artigo 10.º n.º 1 - a) do CIRS
24 380	CIRS	10.º	27/10/2025	Alienação de dois imóveis adquiridos por cônjuges no estado civil de solteiros - Reinvestimento na aquisição de terreno para construção, no estado civil de casados sob o regime de separação de bens
28 775	CIRS	46.º	31/10/2025	Despesas com Eletricidade e Água em Reabilitação de Edifício - Dedução em Sede de Mais-Valias - artigo 46.º do CIRS
29 406	Relações Internacionais	14.º	27/10/2025	Tributação de mais valias decorrentes da venda de ações e de dividendos obtidos em Portugal por residente em França
23 128	EBF	58.º	27/10/2025	Enquadramento da cedência de direitos de imagem e de voz por atleta - Tributação parcial como propriedade intelectual
27 928	EBF	22.º	27/10/2025	Transformação de uma sociedade por quotas em sociedade anónima e posterior conversão dessa mesma sociedade em organismo de investimento coletivo sob a forma societária
28 411	EBF	22.º	27/10/2025	Conversão de uma sociedade anónima em sociedade de investimento e gestão imobiliária - enquadramento fiscal
26 106	EBF	71.º	31/10/2025	Alienação onerosa de imóveis para habitação por empresa local (sociedade de reabilitação urbana) - Isenção de tributação pelo Programa Mais Habitação
28 979	CIMT	11.º	03/10/2025	IMT-Jovem: Alteração do local de trabalho. Exceção à caducidade do benefício. CIMT artigo 11.º, n.º 8, al. a), subalínea iii)
28 953	CIMT	9.º	07/10/2025	A aquisição de prédio urbano do tipo terreno para construção, no qual esteja em curso a construção de uma edificação de natureza habitacional, não beneficia da isenção do IMT e IS - Verba 1.1 da TGIS, previstas no DL 48-A/2024, de 25-07
29 055	TGIS	Verba 17.3.4.	23/10/2025	Incidência de Imposto do Selo sobre comissões de comercialização de unidades de participação de fundos investimento
28 058	CIVA	21.º	01/10/2025	Exclusão do direito à dedução



Instrução Vinculativa n.º	Diploma	Artigo	Data	Assunto
28 710	CIVA	4.º	01/10/2025	Enquadramento em sede de IVA das rendas recebidas pela concessão da exploração das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento
28 741	CIVA	9.º	01/10/2025	Contratos de prestação de serviços para escritórios / contrato de utilização de espaço em galeria comercial - Direito à dedução
28 613	Lista I	Verba 1.12	02/10/2025	Taxa de IVA - "22 Nuggets de Frango sem Glúten"
28 707	CIVA	9.º	02/10/2025	Enquadramento da atividade de psicomotricidade - artigo 9.º do Código do IVA
28 748	CIVA	3.º	02/10/2025	Taxa de IVA aplicável a bens produzidos ou montados sob encomenda - Produção gráfica
28 858	CIVA	9.º	02/10/2025	Enquadramento em IVA do pagamento de quota tendo em vista a subscrição de uma modalidade mutualista de saúde
28 739	CIVA	9.º	02/10/2025	Enquadramento dos serviços prestados no âmbito de perícias médico-legais e forenses, por perito psiquiatra forense
28 435	CIVA	9.º	09/10/2025	Fundos de investimento
28 521	CIVA	6.º	09/10/2025	Estabelecimento estável
28 756	CIVA	9.º	16/10/2025	Transferência onerosa de estabelecimento comercial
28 596	Lista I	Verba 2.22	16/10/2025	Gestão e valorização de resíduos
28 683	CIVA	20.º	16/10/2025	Taxas-Verba 2.23 Lista I anexa ao Código do IVA-Direito dedução IVA reabilitação de edifício por sujeito passivo misto
28 941	CIVA	4.º	27/10/2025	Dedução de imposto em obras de renovação de imóvel destinado a alojamento local e residência do SP
28 666	CIVA	9.º	27/10/2025	Cursos de pós-graduação fornecidos por associação de direito privado
28 690	Lista I	Verba 2.37	27/10/2025	Verba 2.37 da Lista I anexa ao CIVA
28 820	Lista I	Verba 2.31	30/10/2025	Verba 2.31 da Lista I anexa ao Código do IVA - venda das trotinetes elétricas
28 733	CIVA	6.º	30/10/2025	Intermediação na venda de bilhetes de transporte (autocarros) através de um interface eletrónico
28 777	Lista I	Verba 2.10	30/10/2025	Taxas-Verba 2.10 da Lista I anexa ao CIVA-Compra de viaturas para sapadores florestais de município
28 729	CIVA	1.º	31/10/2025	Transmissão de bens com expedição direta para país terceiro sem entrada em território nacional



ACÓRDÃOS TJUE

Processo n.º C 535/24

Svilosa

Data 02/10/2025

- Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 2.º, n.º 1, alínea c) – Prestações de serviços a título oneroso – Artigo 24.º, n.º 1 – Prestação de serviços – Artigo 26, n.º 1, alínea b) – Prestação de serviços a título gratuito assimilada a uma prestação de serviços a título oneroso – Cobrança de dívida – Cobrança de dívida a favor de um terceiro

Processo n.º C 101/24

Xyrality

Data 09/10/2025

- Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 28.º – Participação numa prestação de serviços – Artigos 44.º e 45.º – Lugar das prestações de serviços – Artigo 203.º – Menção do IVA numa fatura – Serviços prestados por via eletrónica – Loja de aplicações – Compras ditas “in app”

Processo n.º C 234/24

Brose Priedvidza

Data 23/10/2025

- Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 138.º, n.º 1 – Diretiva 2008/9/CE – Artigo 4.º, alínea b) – Reembolso do IVA aos sujeitos passivos não estabelecidos no Estado Membro de reembolso – Prestação principal e prestação acessória – Separação artificial de uma prestação única – Não deslocação do objeto da entrega

Processo n.º C 232/24

Kosmiro

Data 23/10/2025

- Reenvio prejudicial – Fiscalidade – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Operações tributáveis – Isenção relativa à concessão de créditos – Artigo 135.º, n.º 1, alínea b) – Isenção relativa às operações financeiras – Cobrança de dívidas – Artigo 135.º, n.º 1, alínea d) – Factoring sob a forma de venda de créditos – Factoring sob a forma de penhor



Processo n.º C 321/24
Attal e Associés
Data 30/10/2025

• Reenvio prejudicial — Livre circulação de capitais — Artigo 63.º, n.º 1, TFUE — Sucessão — Recurso obrigatório a um notário para efeitos da elaboração da declaração de sucessão num Estado-membro diferente daquele em que a sucessão está aberta — Regulamentação desse Estado-membro que prevê que os emolumentos desse notário são calculados sobre a massa bruta total da herança — Exercício paralelo, pelos Estados-membros, da sua competência fiscal — Inexistência de uma restrição à livre circulação de capitais

Processo n.º C 348/24
Compañía de
Distribución Integral
Logista
Data 30/10/2025

• Reenvio prejudicial — União aduaneira — Regulamento (CEE) n.º 2913/92 — Código Aduaneiro Comunitário — Regime de entreposto aduaneiro — Introdução em livre prática — Artigo 29.º — Valor aduaneiro das mercadorias — Mercadorias vendidas para exportação com destino ao território aduaneiro da União Europeia — Artigo 112.º, n.º 3 — Determinação do valor aduaneiro — Artigo 214.º, n.º 1 — Momento em que se deve determinar o valor aduaneiro — Regulamento (CEE) n.º 2454/93 — Artigo 97.º N, n.º 2 — Prova de origem das mercadorias — Artigo 118.º, n.os 1 e 3 — Prazo de apresentação da prova de origem — Perda do benefício do tratamento preferencial — Validade dos documentos comprovativos da origem das mercadorias — Artigo 147.º — Vendas sucessivas

Processo n.º C 500/24
Grupo Massimo Dutti
Data 30/10/2025

• Reenvio prejudicial — União aduaneira — Regulamento (CEE) n.º 2913/92 — Código Aduaneiro Comunitário — Artigo 29.º — Valor aduaneiro das mercadorias — Determinação — Mercadorias vendidas para exportação com destino ao território aduaneiro da União Europeia — Regulamento (CEE) n.º 2454/93 — Artigo 147.º — Vendas sucessivas

